



Thaiany Izidio de Araújo Lopes

Trabalho doméstico de meninas escravizadas na Corte em 1870

Monografia apresentada à graduação em
História da PUC-Rio como requisito parcial
para obtenção do título de licenciatura em
História

Orientador: Prof^o Dr^o Felipe Azevedo e Souza

Rio de Janeiro

Junho de 2024

“Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje.”

Agradecimento

Primeiramente, eu agradeço a Deus, e a espiritualidade por terem me guiado até aqui, a cada abraço e palavras de encorajamento das entidades quando eu pensava em desistir. Agradeço aos meus guias por me mostrarem que eu não estava sozinha.

À minha família que me apoiou e que fizeram o possível para que eu conseguisse me formar, mesmo com dificuldades sempre estiveram comigo. Muito obrigada mãe, por me incentivar, e me perguntar todos os dias ao longo da graduação se “eu iria para a escolinha?” Ao meu padrasto por me levar ao ponto de ônibus ainda de madrugada, me ajudar sempre que eu precisava. Aos meus irmãos Gabriel e Tamires por me incentivarem, ao Lucas que foi meu parceiro em grande parte dessa jornada, muito obrigada.

Aos meus amigos que fiz durante a graduação, Joana minha primeira dupla de trabalhos, surtos e choro. Jessica, Rai, Manuel, Marcella, Tamy, Matheus, Fábio, Esther e Sabrina vocês tornaram essa jornada muito mais leve e divertida. A Amanda e Hérika por serem solícitas e me ajudarem no meio dos meus desesperos. As minhas macumbeiras preferidas Marianna e Sabryna, vocês foram o presente que os Orixás me deram nessa última etapa, obrigada pela amizade, parceria e companheirismo.

Ao pessoal do departamento de história muito obrigada por toda ajuda, em especial ao Cláudio e Igor que foram pessoas essenciais durante meu percurso na graduação, desde conversas aleatórias, a assistência que prestaram a mim.

Agradeço a Professora Iamara por ter me acompanhado na maior parte deste estudo, A minha leitora crítica professora Karine, e professora Crislayne por ter participado desse processo mesmo que de forma indireta, obrigada pelos conselhos e orientações. Ao meu orientador Professor Felipe por ter aceitado o desafio de me orientar visto as condições em que me encontrava.

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo investigar a utilização de meninas negras escravizadas no serviço doméstico na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1870. Tendo como fonte para análise os anúncios de compra e venda do Jornal do Comércio. Procuramos entender a dinâmica de trabalho em que essas escravizadas estavam inseridas, destacando as variedades dos afazeres, suas habilidades domésticas descritas, bem como a faixa etária. Do mesmo modo, buscamos compreender como era o cotidiano dessas meninas a partir do uso de seus corpos como objeto servil.

Palavras Chave: trabalho doméstico; meninas escravizadas; escravidão; Rio de Janeiro.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 O trabalho doméstico de meninas na Corte	16
Capítulo 2 Corpos de mulheres escravizadas como objeto servil	35
Considerações Finais	41
Referência Bibliográfica	43

Lista de imagem

IMAGEM 1 Rua Direita, Rio de Janeiro.	9
IMAGEM 2 Chafariz da Carioca e Convento de S. Antônio.....	29
IMAGEM 3 Mapa da região central do Rio de Janeiro.....	31

Lista de Tabelas

TABELA 1 Funções das escravizadas 1870	24
TABELA 2 Comercialização das escravizadas	27

Introdução

Em três de janeiro de 1870 o *Jornal do Comércio* divulgava a venda de uma “bonita crioula, de 13 a 14 anos, tendo princípios de todo serviço doméstico, muito inteligente e nas condições de fazer-se dela uma boa mucama”.¹ O anúncio relata uma das questões centrais escolhidas para esse trabalho, que era o costume da utilização de crianças e adolescentes negras escravizadas para o serviço doméstico no Rio de Janeiro no início de 1870.

Em meio a esse universo, as vivências das africanas e crioulas na cidade do Rio de Janeiro no século XIX foram tematizadas por Lorena Telles com foco nas relações das políticas senhoriais em relação à sexualidade, gravidez, criação de suas crianças e demandas de trabalho urbano.² Neste estudo existem observações sobre as mulheres na cidade do Rio de Janeiro, suas permanências e circulações. Com o auxílio do trabalho de Luis Carlos Soares e Mary Karasch, a autora pontua:

As estimativas oficiais registraram que meninas, jovens e mulheres adultas africanas e crioulas constituíram aproximadamente 40% da população escravizada na cidade, ao longo do século, em tendências demográficas de incremento da população de africanas, nas décadas de 1830 e 1840, sobretudo nas freguesias centrais da cidade. Os censos oficiais registraram, em 1838, 14.945 mulheres escravizadas residentes nas freguesias urbanas e 9.025 crioulas foram recenseadas nas freguesias rurais. Em 1849, aproximadamente 18 mil africanas e 8.700 crioulas nas freguesias rurais. Quanto aos diferentes padrões etários entre africanas e crioulas, as estimativas de Mary Karasch apontaram que apenas 11% das africanas desembarcadas tinham menos de nove anos de idade, enquanto quase dois terços delas tinham entre nove e 20 anos. Crianças, meninas e mulheres de todos os grupos etários eram representadas entre as crioulas, muitas delas filhas de africanas ou descendentes nascidas na cidade, havendo uma população de mulheres crioulas vendidas de suas províncias natais.”³

Como podemos perceber a capital imperial era profundamente escravista. A maior parcela da população residente da cidade no século XIX era predominantemente negra. Os relatos de alguns viajantes, ainda que marcados pelo exotismo, descrevem como era caminhar pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. O inglês John Luccock, nas primeiras décadas daquele século, descreveu a cidade do Rio de Janeiro como facilmente confundida com alguma paragem do continente africano:

[...] antes da dez da manhã, quando o sol começava a subir alto e as sombras das casas se encurtavam, os homens brancos se faziam raros pelas ruas e viam-se então os

¹ *Jornal do Comércio*, 3 de Janeiro de 1870.

² TELLES, Lorena Feres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

³ TELLES, Lorena Feres da Silva. *op.cit.*, p48

escravos madraceando à vontade, ou sentados à soleira das portas, fiando, fazendo meias ou tecendo uma espécie de erva, com que fabricavam cestos e chapéus. Outros, entre os quais provavelmente havia alguns pretos forros, prosseguiram nos seus trabalhos de entregadores, saíam a recados ou levavam à venda, sobre pequenos tableiros, frutas, doces, armarinhos, algodõezinhos estampados e uns poucos outros gêneros. Todos eles eram pretos, tanto homens como mulheres, e um estrangeiro que acontecesse de atravessar a cidade pelo meio do dia quase poderia supor-se transplantado para o coração da África.⁴

A partir de 1850 houve um declínio gradual da escravidão urbana na cidade após o fim do tráfico africano ao Brasil. A abolição do tráfico de africanos escravizados sucedeu uma elevação dos preços, alguns senhores optaram por vender seus cativos para grandes proprietários rurais, principalmente aqueles responsáveis pela expansão irrefreável dos cafezais Vale do Paraíba adentro. Mesmo com a diminuição da mão de obra escravizada e uma considerável leva de imigração de europeus para a cidade, em 1860 Charles Ribeyrolles, outro viajante, ainda comparava o comércio próximo ao porto com o continente africano:

Gostais da África? Ide, pela manhã ao mercado próximo do porto. Lá está ela, sentada, acorçada, ondulosa e tagarela, com o seu turbante de Casimira, ou vestida de trapos, arrastando as rendas ou os andrajos. É uma curiosa e estranha galeria, onde a graça e o grotesco se misturam. Povo de Cam, debaixo de sua tenda.⁵



Rua Direita, 1844. Eduard Hildebrandt. In FERREZ, Gilberto (org). The Brazil of Eduard Hildebrandt, op. cit., p.37

Rua Direita, Rio de Janeiro. Imagem atribuída a Félix-Émile Taunay, 1823.

⁴ LUCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1951, p.74-75.

⁵ RIBEYROLLES, Charles. **Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. p.203

A imagem acima retrata a zona central da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Nela é possível perceber os trilhos dos bondes e a região da Candelária e a nítida a presença da população negra, sendo esta predominante. O Rio de Janeiro oitocentista era não só o centro político e capital do país com mais escravizados à época, era também a maior cidade escravista das Américas. A escravidão sustentou a perpetuação dos privilégios dos colonizadores, dos heróis da independência, dos ministros e parlamentares imperiais e também de seus descendentes.

Em meio a essa enorme estrutura, pretendemos nos debruçar sobre a forma de exploração mais privada, o trabalho escravizado de meninas no âmbito doméstico, e toda a lógica que esta ocupação mobilizava na sociedade e no cotidiano. Tendo em vista a manutenção dessa mão de obra majoritariamente feminina nos afazeres domésticos no interior dos lares dando ênfase a faixa etária em que as escravizadas estavam inseridas e ao atributo doméstico em que estava inserida.

Naquela época o serviço de menores era pauta de debate político nacional. Ganhou especial repercussão na passagem da Lei do Ventre Livre de 1871, que estabelecia que crianças nascidas de ventre de escravizadas nasceriam livres a partir da promulgação da lei. A legislação previa que essas crianças, chamadas então de ingênuos, poderiam prestar serviços aos senhores de suas mães até seus oito anos, após essa idade o proprietário poderia pedir indenização ao Estado pelos gastos dessa criança ou usufruir de seu trabalho até os seus 21 anos.⁶

A exploração do trabalho infantil nos afazeres da casa, era expediente corriqueiro da sociedade escravista. Nem sempre é fácil encontrar a idade dessas crianças nas fontes, mas a historiadora Mary Karasch explica que a forma como o escravizado era chamado poderia dar indícios de sua idade, nesse sentido ela descreve que:

[...] em anúncios de jornal, os senhores usavam ‘moleque’ para se referir a meninos negros entre seis e trinta anos [...] Meninas negras ou muito jovens eram identificadas como ‘negrinhas’ ou ‘crioulinhas’, mas para meninas mais velhas o termo preferido era ‘rapariga’, até que atingissem a idade de quatorze anos, quando se tornavam ‘pretas’ ou ‘crioulas’.⁷

⁶ BRASIL. LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871.

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annua de escravos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 09 jun. 2024.

⁷ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (108-1850)**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das letras São Paulo, 2000. p. 37

Muitas dessas crianças anunciadas desempenhavam trabalhos domésticos, mas ainda são recentes estudos historiográficos que tratam exclusivamente sobre esse tema. Segundo a historiadora Flávia de Souza, esse assunto começa a ser desenvolvido na historiografia brasileira a partir dos anos 2000⁸. Contudo, a mesma cita que o estudo pioneiro sobre trabalho doméstico é o da professora estadunidense Sandra Lauderdale Graham, com a obra *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*.⁹

O livro apresenta não só o cotidiano de mulheres livres, forras e escravizadas que trabalhavam como criadas domésticas, mas trata da relação entre senhores e escravizados e o contraste entre o trabalho doméstico dentro dos domicílios e fora deles. Nesse sentido por mais que algumas criadas fossem livres, na maior parte dos casos, seu trabalho não se diferenciava daquele desempenhado por uma escravizada. Visto que, mesmo em condições de liberdade, essas mulheres poderiam trabalhar por um longo período, em circunstâncias precárias e insalubres vivenciando um cotidiano de vulnerabilidade física e psicológicas nas relações com seus patrões e senhores.

Sandra Graham descreve como era a diversidade de tipos e lugares do trabalho doméstico na então capital do Império. Esses espaços de trabalho e suas atribuições subjacentes sob duas categorias gerais: “serviço da casa e serviço de rua”. A atividade doméstica não se concentrava apenas dentro dos lares como é visto de modo geral, poderia também acumular uma ampla série de funções que exigiam múltiplas habilidades como de cozinheira, mucama, copeira, arrumadeira, ama-de-leite, costureira, engomadeira. A lida da casa era diuturnamente acumulada com serviços externos, muitas dessas mulheres e meninas eram também lavadeiras, as que faziam compras ou mulheres que vendiam frutas, verduras e até mesmo doces e as carregadoras de água. Essa trabalhadeira toda se destinava ao bem-estar das famílias e ao funcionamento das casas das famílias senhoriais.

⁸ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira* (cidade do Rio de Janeiro, 1850 - 1920). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017. P. 21.

⁹ O título original do trabalho, publicado em 1988, é *House and Street: the domestic world of servants and masters in nineteenth-century* Rio de Janeiro. GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Tradução Viviana Bosi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992. p. 37.

As definições sobre quem trabalhava dentro ou fora das casas podiam ser designadas, a partir de suas idades, de resistência física, do nível de confiança despertada na relação com os senhores, entre outras aptidões. Lauderdale afirma que as criadas que trabalhavam no serviço interno da casa eram vistas de maneira distinta pelos membros da família ou pelos próprios senhores. As meninas que faziam as tarefas dentro das casas poderiam se sentir mais seguras, todavia a residência poderia ser um ambiente de excessivas tarefas, de injustiça e punição. A casa também era um espaço de constante vigilância, uma vez que se tinha o controle da senhora nas atividades internas, principalmente as amas de leite que entravam nos aposentos dos senhores. Entre a segurança e o perigo também estava a rua, com os seus “riscos” externos, as ameaças constantes do pega policial, da violência sexual nos becos da cidade, dos sequestradores. Era também perigoso para os senhores, pois significava a possibilidade de fugas e articulações com a comunidade externa de escravizados.

Fora das casas, a rua era vista como um espaço de maior liberdade, mas também de maiores perigos e riscos para as escravizadas, incluindo a possibilidade de fuga e a articulação com a comunidade de escravizados. Em contrapartida a rua, também era vista como um espaço de mais liberdade, as costureiras livres por exemplo poderiam trabalhar para diversas famílias, assim como as lavadeiras e engomadeiras; além é claro das quituteiras.

Os serviços da casa não se detinham apenas em engomar, cozinhar, arrumar, dentre outros, em uma das fontes pesquisadas, expõe que um senhor estava alugando uma escravizada de 13 a 14 anos, “com todo princípio doméstico e amorosa para crianças”.¹⁰ Ao que nos indica que cuidar, brincar, andar com criança, e até mesmo as amas de leite faziam parte do serviço doméstico, juntamente com os cuidados da casa.

Ademais, o anúncio sinaliza que a própria tinha um jeito carinhoso de lidar com crianças, o que poderia lhe diferenciar das demais. A palavra “amorosa” é uma das qualidades que essa escravizada teria, e quem a estava alugando fez questão de informar. Se tratando de uma escravizada que teria como sua principal função o cuidado de uma criança, esses atributos, expostos no anúncio nos ajuda a entender que para esse tipo de função qualidades específicas eram exibidas para a comercialização e interesse de quem a alugaria. A escravizada mesmo com pouca idade poderia ter tido experiências anteriores com o trabalho doméstico, pois quem

¹⁰ *Jornal do Commercio*, 5 de Janeiro de 1870

a estava alugando demonstra que ela dominava as práticas de serviço doméstico dentro de um lar, e para quem a alugasse seria um bom negócio.

Apesar deste estudo dar ênfase ao serviço doméstico feminino de escravizadas, é importante esclarecer que havia presença masculina na vivência do mundo do trabalho doméstico. Com pouca idade ou mais velhos poderiam ser designados para trabalhar como copeiro, pajem, jardineiro, cozinheiro dentre outras funções, porém a função de carregador era um dos principais ofícios dos escravizados. Karasch expõe que os escravos carregavam coisas e pessoas, caminhavam por longas distâncias, porém não era uma tarefa exclusivamente masculina, visto que mulheres também poderiam fazer carregamentos. Existem diversos anúncios de jornais da época que demonstram a participação desses escravizados no âmbito doméstico e que corroboram para essa análise. Um deles é exibido pelo *Jornal do Commercio* e traz a venda de um “*lindo moleque de 14 annos, copeiro e muito sadio*”¹¹.

Desta forma, diante do contexto histórico do século XIX no Brasil, surge a seguinte indagação: Como o trabalho doméstico realizado por meninas escravizadas influenciou e foi influenciado pela estrutura social e econômica da época? A pergunta proposta busca compreender a interseção entre o trabalho doméstico realizado por meninas escravizadas e o contexto socioeconômico do século XIX no Brasil. Ao investigar essa questão, é possível analisar não apenas a natureza e as condições desse trabalho, mas também como ele se relacionava com as dinâmicas sociais, econômicas e políticas da época. O trabalho doméstico desempenhado por meninas escravizadas era uma parte fundamental da economia e da estrutura social do Brasil do século XIX. Essas meninas desempenhavam uma variedade de funções dentro das casas das famílias escravocratas, incluindo cuidar de crianças, cozinhar, limpar e realizar outras tarefas domésticas. Sua mão de obra era essencial para o funcionamento das residências e para o estilo de vida de seus senhores.

Ao mesmo tempo, o contexto socioeconômico da época, caracterizado pela escravidão, pela economia agrária e pelo sistema patriarcal, influenciava profundamente as condições de trabalho e as experiências dessas meninas escravizadas. A exploração de seu trabalho dentro das casas contribuía para a manutenção da ordem social escravocrata, ao passo que sua condição de escravizadas limitava suas oportunidades e liberdades.

¹¹ *Jornal do Commercio*, 4 de janeiro de 1870

Os métodos de pesquisa utilizados neste estudo incluem principalmente a análise documental em jornais da época, com foco específico em anúncios relacionados à venda, aluguel e busca por serviços de meninas escravizadas para trabalho doméstico. Os jornais selecionados para essa análise incluem "Jornal do Comércio" e outros periódicos relevantes da época, que fornecem uma visão detalhada do mercado de escravos e das práticas de trabalho doméstico na sociedade brasileira do século XIX. Além da análise documental, o estudo também envolveu a investigação de anúncios específicos, nos quais foram identificados padrões e tendências relacionadas à idade, habilidades e atribuições de meninas escravizadas para o trabalho doméstico. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais detalhada das condições de trabalho e das relações sociais dentro das residências escravocratas.

Outro método utilizado foi a análise qualitativa dos dados coletados, incluindo a interpretação de padrões e tendências observados nos anúncios, bem como a contextualização desses dados dentro do cenário histórico mais amplo. Isso envolveu a identificação de temas recorrentes, como idade, atribuições de trabalho e localização geográfica, e a análise de como esses temas se relacionavam com as estruturas sociais e econômicas da sociedade brasileira do século XIX.

A escolha do tema desta pesquisa sobre o trabalho doméstico de meninas escravizadas no Brasil do século XIX é justificada por sua relevância histórica e social. O estudo dessas práticas laborais não apenas lança luz sobre um aspecto significativo da história brasileira, mas também contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, econômicas e culturais desse período. Primeiramente, o trabalho doméstico desempenhado por meninas escravizadas representava uma parte essencial da economia e da estrutura social da sociedade escravocrata brasileira. Essas jovens desempenhavam uma variedade de funções dentro das residências escravocratas, desde cuidar de crianças e realizar tarefas domésticas até servir diretamente aos membros da família proprietária. Compreender a natureza e a organização desse trabalho é fundamental para entender a vida cotidiana e as relações de poder dentro das casas escravocratas.

Nesta monografia, será explorado o papel do trabalho doméstico realizado por meninas escravizadas no Rio de Janeiro em 1870. O primeiro capítulo introduzirá o contexto histórico e social da época, incluindo a estrutura escravocrata da sociedade e as motivações da pesquisa. No segundo capítulo, será examinado o trabalho doméstico nas residências escravocratas, abordando as diferentes tarefas desempenhadas por essas jovens e as condições de trabalho a

que estavam submetidas. Também analisará os anúncios de venda, em jornais da época, buscando entender como esses anúncios refletiam o trabalho doméstico das meninas escravizadas.

Capítulo 1: O trabalho doméstico de meninas na corte

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados.¹²

Beatriz do Nascimento durante a década de 1970, chamava a atenção para os espaços de trabalho que a mulher negra estava inserida. Nesta observação a autora recorria ao período escravocrata para estabelecer conexões contínuas entre um tempo e outro. As intersecções apontadas pela historiadora perpassam por questões relacionadas a raça e gênero devido ao lugar em que a mulher negra ocupava e as concepções sociais a inseriram como objeto de domínio, em trabalhos subalternizados, encarados como ideais para tal.

A autora disserta sobre mulheres negras livres, nos anos 70 do século XX, ou seja, no pós-abolição, mas traça um fio que remonta ao período da escravização legal para trazer à luz o privilégio do homem branco como dominador, o patrão, as mulheres brancas como donas do lar e a esposa. Nessa estrutura a mulher negra estava fadada ao papel de trabalhadora subalternizada. A lógica de subalternidade descrita por Beatriz Nascimento dialoga com a sociedade escravista e patriarcal em que pesquisamos. Acrescentamos que tal figura é reproduzida socialmente em razão de ter sido sistematicamente imposta a mulher negra escravizada as atividades domésticas, o cuidado com a sua senhora e seus filhos, e os afazeres com a casa de seu proprietário.

Para analisar um dos pontos de partida da estrutura abordada por Beatriz do Nascimento, iremos investigar a complexidade do trabalho doméstico, levando em consideração a abrangência de suas rotinas internas e as lógicas de comercialização que essas

¹² NASCIMENTO, Beatriz. "A mulher negra no mercado de trabalho". RATTI, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006. p.104

meninas estavam inseridas durante o período. Esse capítulo busca explorar esse universo essencialmente através de debates bibliográficos. A partir desta análise introdutória, iremos investigar a complexidade do trabalho doméstico, tendo visto as diversas tarefas em que abrange e a comercialização que essas meninas estavam inseridas durante o período.

Essa primeira análise se desenvolve essencialmente em torno da revisão da literatura, tendo por referência estudos sobre o trabalho doméstico como as obras de Sandra Lauderdale, a dissertação de Flávia Fernandes de Souza e a tese de Natália Batista Peçanha, a última, em especial, se debruça em analisar agências de trabalhadoras domésticas entre 1880 a 1930 no Rio de Janeiro. Peçanha, busca examinar a presença de mulheres estrangeiras e brasileiras no espaço doméstico, assim como a atuação masculina e infanto-juvenil. Nesse sentido, ela procura investigar as experiências entre essas classes de trabalhadores domésticas, cada uma vista de maneira distintas. Pois, a vivência de um estrangeiro europeu no serviço doméstico seria diferente de uma escravizada negra brasileira, ainda vivenciando o mesmo modelo de serviço as experiências seriam diferentes.

Similarmente Lorena Féres da Silva Telles, investigou as experiências de mulheres de cor em diferentes faixas etárias e condições jurídicas fossem libertas, escravizadas ou descendentes de escravas nos anos finais da escravidão e no pós-abolição, tendo a cidade de São Paulo como demarcação territorial. Telles no primeiro capítulo de sua dissertação examina a fuga de três escravizadas domésticas do interior para capital da Província de São Paulo em 1886, a partir de anúncios de jornal. Dentro desse contexto ela disserta sobre os processos de urbanização que envolvia a cidade paulista, e como essas transformações poderiam ter influência sobre o local para onde essas escravizadas seguiam, pois afirma que “o periódico comprometia-se com a causa de José Antonio de Souza, disposto a bem gratificar quem capturasse a escrava prosa evadida de seu domínio em Itu, cujo paradeiro desconfiava ser a Capital da Província”¹³. O jornal que publicou a fuga da cativa, esclarece que seu senhor presumia que a mesma tivesse ido para a capital. Maria Helena Machado, acrescenta que:

[...] presença de comunidades de africanos livres e de escravos forros, que circulavam mais ou menos livremente pelas ruas, associada à militância dos abolicionistas que

¹³ TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011. p, 20.

mobilizava redes de solidariedade e proteção junto à população, foram fatores que atraíram levas crescentes de escravos fugidos¹⁴

A dissertação de Telles nos ajuda a refletir sobre as experiências domésticas, dessas escravizadas, o controle senhorial, a fuga do mesmo e como se dava a circulação de notícias, no final do século XIX. Muitas dessas cativas faziam parte das atividades do interior da casa. Todavia, o serviço doméstico abrangia atividades externas como a venda de legumes, verduras e a lavagem de roupa no século XIX, nesse sentido é possível perceber que a atividade englobava diversas tarefas portas afora. Dado que esse tipo de trabalho era pertencente não somente no cotidiano da família dentro dos lares, mas na manutenção e ordem daquele local. Do mesmo modo estava presente no funcionamento do regime escravocrata no Rio de Janeiro.

Ressaltamos, que nesse período não existia apenas um modelo único de escravização, e sim diversos modelos naquela sociedade, principalmente no Rio de Janeiro e dentro desses parâmetros inseriam-se os escravos ao ganho que se caracterizavam por exercer atividades laborais nas ruas, praças, feiras e esquinas, como as quitandeiras por exemplo. A historiadora Ynaê Lopes dos Santos afirma que:

Dessa forma, para aqueles que ainda se encontravam no cativeiro, morar nesses locais apresentava algumas vantagens. Em primeiro lugar, era uma forma de exercer autonomia ao se distanciar, fisicamente, da casa do proprietário e da própria figura senhorial - o que tornava mais fácil a reconstrução de laços identitários e familiares.¹⁵

Assim sendo, os escravos ao ganho tinham uma certa autonomia, pois não eram vigiados constantemente por seus senhores e ainda poderiam ter suas moradias em espaço diferente, distante de seus proprietários, mesmo sendo cativos. Contudo, as meninas que labutavam no serviço doméstico estavam ligadas diretamente a casa e conseqüentemente a uma supervisão, controle e até mesmo diferentes tipos de abuso. Nesse sentido, até onde se sabe, havia uma tentativa de as manter dentro das casas, quando saíam era sempre em companhia de sua senhora. A liberdade de locomoção e trânsito de criadas de casa, sendo elas escravizadas

¹⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. "Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo." In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo. A Cidade no Império, 1823-1889*. São Paulo: *Paz e Terra*, 2004, v. 2, pp. 57-99, p. 96.

¹⁵ Santos, Ynaê Lopes dos. *Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)*. Dissertação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p, 10

ou livres, estaria sob constante vigilância e arbítrio das sinhazinhas. Essa é mais uma faceta da precarização das relações sociais particulares ao ofício das trabalhadoras domésticas.

Esse tipo de situação pode ser vislumbrada em uma das fontes mobilizadas para nossa pesquisa. O anúncio do *Jornal do Comércio* do dia 19 de janeiro de 1870 exhibe um proprietário alugando uma “crioula de 16 anos, para casa de família, para portas a dentro, cozinha, lava, engomma liso e cose”.¹⁶ O documento destaca a lógica desse tipo de trabalho no momento da comercialização – aluguel, compra ou venda – de uma escravizada doméstica. Afinal, todo o trabalho a ser realizado pela escravizada, deveria ocorrer apenas de “portas a dentro”, ou seja, essa menina só trabalharia dentro do espaço interno de uma casa.

Nesse sentido, recai sobre o lar se equivalendo ao lugar de trabalho era também o espaço de clausura e controle, pois podemos analisar que ela não poderia sair de casa - a não ser em situações específicas. Como descrito anteriormente, o ambiente interno do lar era visto como um local seguro, em contraste com a rua local visto como sujo, fonte de potencial infortúnio e incertezas para as criadas. Mas haviam várias interseções e interferências externas no ambiente domésticos – as janelas e escaninhos voltados para a rua traziam sons, vozerios, fofocas, o entra e sai constante de visitas e serviços o leiteiro, o carteiro, o médico, a lavadeira; além das notícias que chegavam dos jornais, o mundo da casa não era tão afastado da rua.

Todavia, essa suposição nos faz refletir que o ambiente externo seria perigoso para o controle dos senhores, pois poderiam haver circulação de notícias, insurreições, e fuga como mostra Lorena Telles, apontando dois discursos senhoriais:

[...] José Antonio de Souza descrevia com cores vivas a escrava, detalhando lhe a doçura no jeito de falar, a bonita figura, corpo prosa, sua altura, cor da pele e dos cabelos, até a cavidade pequenina no rosto. O corpo que descreve não contém cicatrizes, nenhuma marca de violência, castigo ou trabalho. Balbina empreendia outra fuga, quiçá bem-sucedida, silenciando marcas invisíveis, trocando os nomes, distante do senhor. A imagem da escrava doméstica de Resende que Antonio revelava apresenta outra consistência. O desejo deste senhor em recapturá-la ele explicita, assim como as razões da escrava que partia, abandonando-o à saudade da mulata clara de bons dentes, jovem e inesquecível mão de obra ‘bem desenvolvida para qualquer serviço.’ Antonia levava no corpo a memória de um cativo antigo, cicatriz profunda de senhores cruéis, um castigo pelo trabalho mal feito, aprendizado doloroso de uma jovem escrava, cozinheira imprudente.¹⁷

¹⁶ *Jornal do Comércio*, 19 de janeiro de 1870

¹⁷ TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão* op. cit., p 22.

Neste primeiro enunciado, é possível verificar que esse senhor tinha contato frequente com a escravizada que fugira pois a riqueza de detalhes que ele a descreve, para além de traços físicos, mas em características pessoais expondo que Balbina tinha “doçura no jeito de falar”, nos faz refletir sobre a proximidade e controle que ele tinha sobre ela. O segundo enunciado também traz o reflexo do domínio senhorial, perante uma escravizada doméstica, neste caso ele detalha o corpo da cativa, mas acrescenta que a mesma era “desenvolvida para qualquer serviço”. Ambas situações apresentam o controle sobre os corpos femininos dentro do ambiente privado ao qual era muito maior devido ao fato da agência de tutela ser exclusivamente dos senhores e donos da casa. Sendo assim, podemos verificar que o ambiente externo era tido por perigoso, para quem o controlava.

Ademais, fazia parte das cenas cotidianas da Corte que as senhoras fossem escoltadas por suas criadas quando quisessem sair de casa para fazer um passeio. Contudo era mais uma questão de demonstrar de fato uma proteção. Essa imagem de mulher protegida dos perigos externos era muito apreciada no período, pois ter criadas escravizadas ou não, que pudessem acompanhar a senhora manifestava um estilo de vida e uma posição social que lhe impusesse prestígio e status social. Graham afirma que “exibir proteção importava mais do que tê-la de fato, pois uma matrona contentava-se com uma menina de sete ou nove anos para acompanhá-la”¹⁸. Para além disso, andar com um escravizado a tiracolo era afirmação de posição senhorial, um traço de poder.

Dentro dessa perspectiva encontramos nas fontes um anúncio de um aluguel de uma menina de 15 anos que teria por atividade, “andar com crianças”, e a partir dessa fonte podemos refletir se tal tarefa dialoga com a citada anteriormente.¹⁹ Isso nos faz refletir que o trabalho doméstico tem suas complexidades acerca do local e das funções que se inserem. É importante salientar que estamos analisando o trabalho doméstico de dentro dos lares. Todavia a labuta doméstica se dava em linhas imbricadas entre os serviços internos e externos dos lares, por isso abordaremos pontualmente algumas tarefas externas para melhor compreensão do assunto estudado. Visto que em alguns momentos eles aparecem nas fontes investigadas.

¹⁸ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Tradução Viviana Bosi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992 op. cit., p. 31

¹⁹ *Jornal do Comércio*, 10 de janeiro de 1870

Por sua dimensão o serviço doméstico abrange diversos vocábulos e sinônimos, numa única palavra. Souza aponta as definições e diferenciações entre os termos “trabalho doméstico” e “serviço doméstico”.

No caso dos vocábulos que podem caracterizar os trabalhadores domésticos, por exemplo, é preciso considerar um grande leque de entendimentos possíveis na língua portuguesa. Entre as noções compreendidas nas definições de um “trabalhador doméstico” encontram-se os significados de ‘servo’, ‘servente’, ‘serviçal’, ‘servidor’, ‘criado’, ‘fâmulo’, ‘empregado’ ou simplesmente ‘doméstico’.²⁰

Nesse sentido, Graham esclarece que mesmo sendo sinônimos, tais definições podem ser ditas e entendidas de maneiras distintas. Exemplificando, “servente” poderia ser entendido como alguém que serve ou ajuda outra pessoa. Já no termo “servo”, ainda segundo a autora, nos remete a um indivíduo sem direitos, algo alusivo ao modo de produção feudal, logo, podemos perceber que os conceitos acerca das palavras relacionadas a um prestador de serviços domésticos são múltiplos, podendo ser interpretados cada um à sua maneira.

Na presente pesquisa optamos por utilizar tanto os termos trabalho doméstico e/ou serviço doméstico para denominar a labuta das escravizadas domésticas em que estamos nos debruçando. Visto que, não há interferência na interpretação do estudo, pois trabalho e serviço se tratando de funções domésticas trazem o mesmo sentido.

O trabalho doméstico dentro dos lares é desempenhado em sua grande maioria por mulheres. Há presença masculina em algumas tarefas, como já exposto, contudo, como foi percebido ao longo dessa pesquisa, o serviço doméstico, principalmente aqueles que demandavam cuidados específicos como os realizados por mucamas e amas de leite, muitas das vezes eram feitos por meninas.

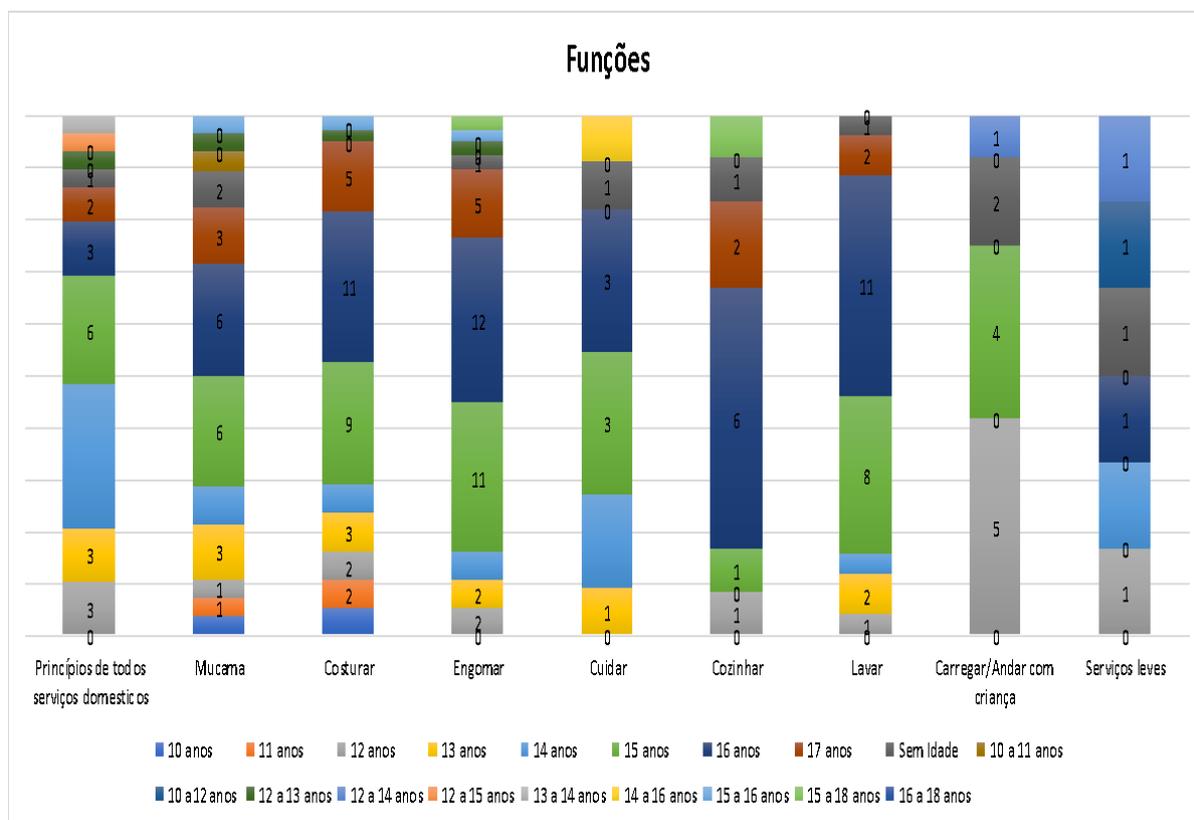
Damasceno chama a atenção para a “cultura do cuidado” e como ela era cobrada dos corpos negros femininos que deveriam garantir o bem-estar não só de sua família sanguínea, mas principalmente de seus senhores e daqueles que moravam em sua casa.²¹ Nessa lógica também cabe o cuidado com a casa do senhor, por se tratar de uma escravizada. Desse modo,

²⁰ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira* (cidade do Rio de Janeiro, 1850 - 1920 op. cit, p.53

²¹ TEIXEIRA, Damasceno Karine. “Luiza e suas crianças ingênuas: duelo judicial e relações de compadrio em Feira de Santana, Bahia, 1871-1888” *Revista Brasileira de História*, vol. 43, n°92 • pp. 155-176. 2023

as tarefas domésticas já eram vistas socialmente como característico das mulheres, sobretudo as escravizadas nesse período. O que se pode caracterizar como uma divisão sexual do trabalho.

Esse aspecto pode ser percebido no levantamento realizado na presente pesquisa. Em uma amostragem quantitativa acerca do trabalho doméstico, fica evidente a presença majoritária de meninas escravizadas. O dados mostram como era a oferta e a procura por essa mão de obra, a preferência relacionada à idade, quais as funções mais procuradas e o mapeamento dos principais endereços da capital do Império, onde aquelas meninas escravizadas trabalhavam.



A tabela mostra várias categorias de tarefas, incluindo "Princípios de todos os serviços domésticos", "Mucama", "Costurar", "Engomar", "Cuidar", "Cozinhar", "Lavar",

"Carregar/Andar com criança", "Serviços leves" e "Sem função". Meninas mais jovens, entre 10 e 11 anos, geralmente têm poucas responsabilidades domésticas específicas. Há um leve envolvimento em tarefas como mucama. À medida que as meninas envelhecem, especialmente entre 12 e 13 anos, suas responsabilidades aumentam. Nessa faixa etária, elas começam a assumir mais tarefas, como costurar, engomar, cuidar de outros e carregar crianças.

Em relação à faixa etária, os anúncios nos jornais evidenciam que a maior concentração de responsabilidades ocorria entre 14 e 16 anos. Meninas nessa faixa etária desempenham uma ampla variedade de tarefas domésticas, sendo responsáveis por costurar, engomar, lavar e cuidar de outros. Aos 16 anos, há um pico notável em tarefas como costurar e engomar, indicando uma possível preparação intensiva para essas atividades. Cozinhar e lavar também se tornam tarefas mais comuns a partir dessa idade. As meninas de 16 a 18 anos continuam a desempenhar várias tarefas domésticas, com uma concentração específica em engomar e lavar. Isso sugere uma consolidação das responsabilidades domésticas à medida que se aproximam da idade adulta. Algumas meninas, sem idade especificada, são atribuídas várias tarefas de acordo com a necessidade, mostrando uma distribuição esparsa de funções.

De forma geral, as responsabilidades domésticas aumentam com a idade, sendo que as meninas mais novas são introduzidas gradualmente às tarefas. A partir dos 12 anos, há uma diversificação e aumento na quantidade de tarefas realizadas, com um pico significativo entre 14 e 16 anos. Esse padrão reflete a preparação cultural e as expectativas sobre o trabalho doméstico infantil na corte, indicando uma progressão clara das responsabilidades conforme as meninas envelhecem.

Para elaborar a amostragem foram levantados 117 anúncios para compor as informações do gráfico acima, os anúncios são especialmente oportunos evidenciar as formas de comercialização de escravizadas no ano de 1870. Essas informações foram pesquisadas a partir de anúncios do *Jornal do Comércio* que tinha na sua seção comercial notícias acerca de rede mercantil de escravizados. Os documentos apresentam informações sobre idade, características físicas, atividades nas quais - em caso de venda ou aluguel - as escravizadas tinham destaque. Encontramos também, dados sobre possíveis experiências em funções domésticas, ou em qual trabalho doméstico ela poderia ser inserida.

Os anúncios pode ser organizadas em três categorias *venda*, *aluguel* e *precisa-se*, o último fica nomeado na tabela como "*procura*". Das três divisões "venda" é a que teve maior

quantitativo no geral, contudo, as maiores incidências de vendas eram direcionadas às pessoas com idades entre 12 à 17 anos, o que nos possibilita pensar que essas escravizadas já poderia ter sido propriedade de outro senhor, pois, na maioria dos anúncios encontrados, expunha-se a experiência prévia de algumas delas em determinadas tarefas. Como, por exemplo, o anúncio que evidenciava a venda de uma “bonita negrinha de 12 annos, que cose muito bem e com bons principios para mucama”.²² O anunciante ao expor que tal menina “cose muito bem” entendemos que ela já teria uma noção de costura antes da proposta de venda, ao qual podemos também compreender é que ela já teria sido propriedade de outro senhor.

Em sua maioria a prioridade era por meninas mais novas. No geral, os anúncios não apresentavam uma idade exata, mas um intervalo etário como mostra a tabela e igualmente neste anúncio: “Precisa-se de uma negrinha de 12 a 14 annos para andar com crianças; na rua de Gonçalves dias n. 43”.²³ Esse era mais um anúncio que atribuía a escravizada, ainda menina, a função de andar com crianças.

No caso dos anúncios referentes a aluguel, alguém que tinha uma escravizada desejava alugar, e precisava passar informações e atribuições corretas acerca da cativa a ser alugada. Contudo, algumas divulgações não mencionavam faixa etária, mas nomenclaturas tais como: “negrinha”, “crioulinha” e “pardinha” e podemos concluir a partir dessas nomeações que se tratava de uma menina na faixa de idade em que estamos analisando. Segundo Karasch²⁴, tais definições poderiam significar em que faixa de idade essa menina teria.

De acordo com os dados do gráfico 1, assim como os outros tipos de comércio, os alugueis no geral também indicavam as atribuições a serem desempenhadas pelas escravizadas.²⁵ A maioria das tarefas dos alugueis eram relacionadas aos cuidados com crianças: carregar, andar, tratar e cuidar.

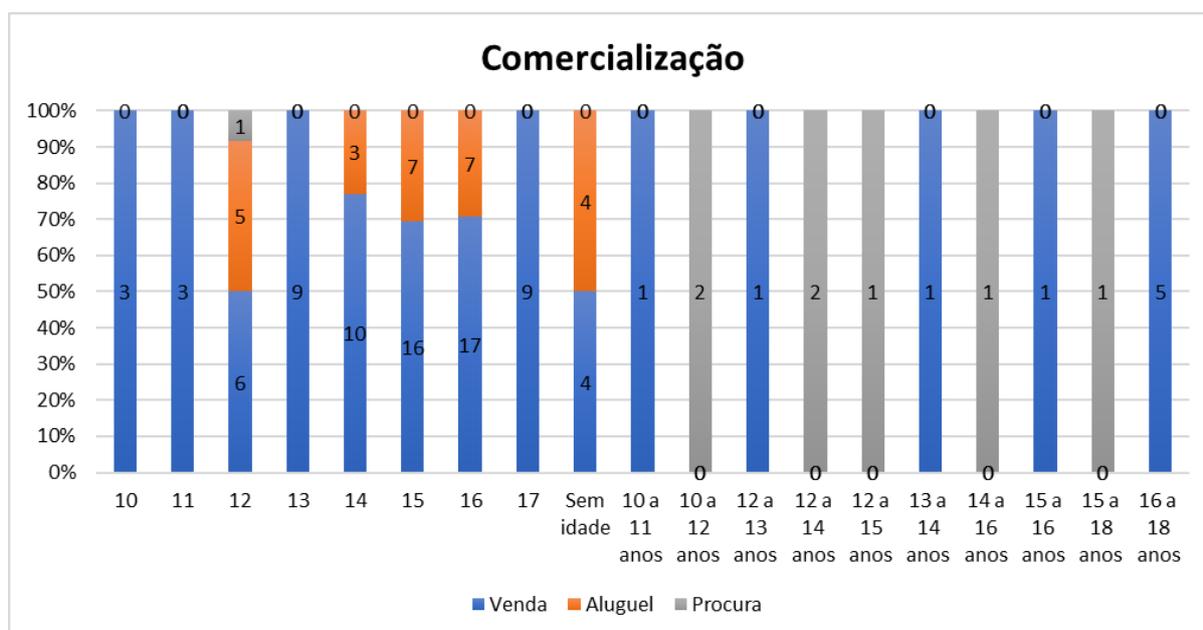
²² *Jornal do Comércio*, 3 de janeiro de 1870

²³ *Jornal do Comércio*, 28 de janeiro de 1870

²⁴ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (108-1850)**. op. cit., p.37

²⁵ Foi realizado um levantamento de dados previamente antes das tabelas expostas. Contudo recortamos e inserimos tabelas mais sucintas para a compreensão de todos.

* Na tabela colocamos a idade de 18 anos porque havia anúncios que não apresentavam a idade precisa e sim uma estimativa de 15 à 18 anos, por exemplo. Então mesmo não sendo uma idade estudada, por estar em conjunto com outra decidimos inserir no quantitativo



O gráfico acima mostra as atividades laborais mais procuradas e descritas nas fontes que essas escravizadas pudessem desenvolver ou já tivessem experiência no âmbito doméstico. Em suma, o início dos anúncios apresentava os termos “aluga-se”, “venda-se” ou “precisa-se”, para depois descrever características da escravizada que estaria sendo comercializada. Logo após relatavam em que serviço doméstico essa escravizada poderia trabalhar e o endereço em que deveriam tratar sobre a negociação.

Os dados sobre a comercialização de meninas na corte revelam três formas principais de transação: venda, aluguel e procura. Essas categorias estão associadas a diferentes faixas etárias, desde 10 até 18 anos, incluindo uma categoria adicional para meninas sem idade especificada. A venda é a forma predominante de comercialização em todas as faixas etárias. A maioria das meninas, independentemente da idade, é vendida. A faixa etária dos 15 anos mostra o maior número de vendas, com 17 casos, seguida pelos 16 anos, com 16 casos, e 14 anos, com 10 casos. Isso indica que a venda é a prática mais comum para meninas de todas as idades na corte.

O aluguel de meninas também é significativo, especialmente nas idades de 12 a 17 anos. O aluguel atinge seu pico aos 14 anos, com 7 casos, seguido pelas idades de 13 e 15 anos, com 3 e 7 casos, respectivamente. Esse padrão sugere que, além de serem vendidas, meninas nessa

faixa etária são frequentemente alugadas para serviços temporários ou específicos. A procura é a forma menos comum de comercialização, ocorrendo principalmente na idade de 12 anos, com 1 caso, e em faixas sem idade específica, como "Sem idade" e "12 a 13 anos", com 1 e 2 casos, respectivamente. Isso indica que há uma menor demanda para a procura de meninas, comparada com a venda e o aluguel.

Na amostragem as meninas na faixa etária de 10 a 11 anos são predominantemente vendidas, com 3 casos, e não há registros de aluguel ou procura nessa idade. Aos 12 anos, há uma distribuição mais diversificada, com 5 casos de venda, 6 de aluguel e 1 de procura, indicando que meninas dessa idade são alvo de todas as formas de comercialização. Entre as idades de 13 a 15 anos, a venda continua sendo predominante, com 3 casos aos 13 anos, 9 aos 14 anos e 16 aos 15 anos. O aluguel também é significativo, especialmente aos 14 e 15 anos. Aos 16 e 17 anos, a venda mantém-se alta, com 17 casos aos 15 anos e 9 casos aos 16 anos, enquanto o aluguel diminui ligeiramente, com 4 casos aos 16 anos. Para faixas etárias compostas e sem idade específica, a venda permanece alta e constante, enquanto o aluguel e a procura ocorrem esporadicamente. Esses padrões indicam que, embora a venda seja a principal forma de comercialização, o aluguel de meninas é comum em certas idades, dependendo das necessidades da Corte. A procura é a forma menos frequente, sugerindo que é uma prática menos comum e menos demandada nas colunas da imprensa.

O anúncio publicado no dia 21 de janeiro de 1870 expõe o endereço para mais informações: “aluga-se uma negrinha de 14 anos, para tratar de crianças e serviços leves; na rua Conceição n 31”, exemplificando o que demonstramos no parágrafo anterior, porém, sem especificar o tipo de trabalho a ser desempenhado pela escravizada.²⁶

Todavia, encontramos alguns anúncios que não especificavam uma atividade, apenas diziam se era para venda, aluguel ou procura. Como este do dia três de janeiro de 1870 “Aluga-se, por 12\$ uma negrinha de 14 anos; na rua de Santo Amaro n 27”.²⁷ Ele não cita função/ou atividade a ser realizada, somente valor, idade e endereço. O que nos fez denominar na tabela como “sem função”, pois não cita a tarefa ser feita pela escravizada

Ademais, o endereço também era apresentado para que fosse feito negócio. Contudo, a maioria dos casos que não diziam uma função no qual a cativa poderia desenvolver era nas

²⁶ *Jornal do Comércio, 21 de janeiro de 1870*

²⁷ *Jornal do Comércio, 3 de janeiro de 1870*

divulgações de venda. O que nos leva a entender feito o negócio, caberia ao proprietário definir as atribuições a serem realizadas pelas meninas escravizadas. Em sua grande maioria essas meninas eram apresentadas como dotadas das habilidades para todo serviço doméstico em sentido amplo que poderia abranger atividades como engomar, cozinhar e lavar. Então, nessa atividade a escravizada deveria desempenhar os diversos serviços que lhe eram impostos por seu senhor.

Em relação à função de mucama, recorrentemente encontrada nas fontes, havia a presença de meninas tanto mais novas quanto as mais velhas, se tratando de um labor no qual a maioria poderia exercer, independentemente da idade aqui pesquisada que varia 10 a 17 anos. Uma mucama presenciava a intimidade de sua senhora, acompanhando em suas saídas, dando uma ideia de proteção como já dito anteriormente. Graham pontua que “o serviço de mucama incluía pentear os cabelos de sua patroa, lavar e passar suas roupas mais finas ou fazer plissados caprichosos em estilo francês, chamados *tuyauté*”.²⁸ Sendo assim, as atribuições laborais de uma mucama eram diversas indo dos cuidados da senhora mais íntimos de sua senhora até a tratar de suas roupas.

A cozinha era um dos principais ambientes da casa no século XIX, e a cozinheira desempenhava um papel fundamental para o funcionamento das residências familiares. Geralmente o trabalho se iniciava de madrugada, era delas a função de preparar os alimentos, desde o café da manhã até o jantar. Sandra Graham²⁹ expõe que as cozinheiras também deveriam ter conhecimentos de como cozinhar em fogões a lenha ou forno, pois precisavam controlar a temperatura para o preparo dos alimentos.

As mucamas, cozinheiras e costureiras faziam parte do trabalho interno das casas, contudo a dinâmica do serviço de costura é um pouco diferente. Pois em casos da costureira ser livre, essa poderia ir até a residência trabalhar e depois retornar para sua casa. A mesma poderia trabalhar para diversas famílias. As costureiras trabalhavam bem próximas as senhoras pois faziam suas roupas de acordo com sua escolha, e geralmente eram vestimentas que imitavam a moda europeia.

O cuidado com as crianças fazia parte do serviço doméstico, e encontramos diversos anúncios ofertando e procurando por escravizadas que “*tratavam*” de crianças. Dentro dessa

²⁸ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (108-1850)**. op. cit., p.50

²⁹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (108-1850)**. op. cit.,p.51

perspectiva, essa atividade se baseia nos cuidados básicos de uma criança. Essa tarefa doméstica em sua maioria feita por meninas mais novas. De acordo com o levantamento de dados, as meninas desejadas para este serviço, teriam de 12 a 15 anos de idade. O andar com crianças também era uma tarefa que estava inserida nessa lógica, porém se tratava de caminhar ou até mesmo carregar a criança

As lavadeiras, por sua vez, estavam inseridas numa atividade ligada ao ambiente externos e interno dos lares. Todavia, as escravizadas que lavavam as roupas não eram supervisionadas no decorrer do seu trabalho por uma senhora como as labutavam dentro das casas, pois, a maior parte do seu serviço se dava fora da casa. Nos leva a entender que as meninas designadas para isso, saberiam lidar com as mazelas das ruas.

Identificamos nas fontes que embora pudessem ter meninas mais novas que faziam esse trabalho, a preferência era por meninas entre 15 e 16 anos. Como o anúncio, ao demonstrar a venda de uma “crioula, de 16 annos, de boa indole e sem vicios, propria para mucama, sabendo lavar bem, cose e faz o serviço domestico”.³⁰ Esse anúncio exemplifica que não só a cativa a venda sabia lavar bem, mas ela também teria outras atribuições. O conjunto de fontes indica que esse expediente era muito comum. Uma menina a ser comercializada poderia fazer mais de uma função, nos levando a compreender excessos de trabalho, principalmente com meninas que estavam no interior das casas, onde o controle era maior.

Meninas lavadeiras deveriam ir ao Chafariz público - no caso do Rio de Janeiro - para lavarem as roupas neste mesmo chafariz ou poderiam carregar água até a casa do senhor. Dois chafarizes são apontados por Graham “o chafariz das lavadeiras no campo do Santana, o chafariz no Largo da Carioca”³¹, ambos situados na zona central do Rio de Janeiro

³⁰ *Jornal do Comércio, 19 de janeiro de 1870*

³¹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (108-1850)**. op. cit., p.51



Gravura de Carlos Linde. Chafariz da Carioca e Convento de S. Antônio, 1860 / Acervo Coleção Brasileira Itaú in *Brasiliana Iconográfica* - acesso em 04 de novembro de 2023

O Chafariz da Carioca representado na imagem acima era um dos principais locais para a lavagem de roupas e carregamento de água durante o século XIX. A gravura retratada pelo pintor alemão Carlos Linde no ano de 1860 reproduz o cotidiano aos arredores do Chafariz³². Na imagem podemos identificar alguns possíveis escravizados no canto direito da gravura, e alguns carregadores. O chafariz é a construção do lado esquerdo perto das luminárias. Ao aproximarmos a imagem pudemos perceber a presença de algumas mulheres próximas a ele com uma espécie de trouxas de roupas sob suas cabeças.

Importa ressaltar no qual os corpos negros eram vistos como um produto na lógica escravista. Chamamos a atenção para a *tríplice utilização*³³ sobre pessoas escravizadas. Em

³² Gravura de Carlos Linde. Chafariz da Carioca e Convento de S. Antônio, 1860 / Acervo Coleção Brasileira Itaú in *Brasiliana Iconográfica* - acesso em 04 de novembro de 2023

³³ (Viana, 2022, p. 278)

econômica e comercial que a cidade tinha. Por ser um centro urbano, diversas pessoas circulavam, desde famílias ricas escravocratas, a escravizados, estrangeiros pobres, comerciantes dentre outras pessoas.

O mapa acima demonstra as ruas centrais do Rio de Janeiro no ano de 1870. Endereços como rua da Alfândega, rua do Hospício, Senhor dos Passos e Ouvidor são alguns dos encontrados recorrentemente nas fontes. Podemos observar que tal área concentrava o maior número de negociações escravistas segundo os documentos, pois, nos anúncios as negociações aconteceriam nesses locais.

Concluimos, que encontramos alguns padrões consistentes na comercialização das escravizadas. As atividades laborais mais frequentes giravam em torno do cuidado com crianças, serviços de cozinha, lavagem de roupas e costura. As faixas etárias mais valorizadas variavam entre 12 e 16 anos, período em que essas meninas eram consideradas aptas a realizar múltiplas funções dentro do lar, embora a preferência recaísse frequentemente sobre as mais jovens, refletindo uma expectativa de maior submissão e adaptabilidade.

A análise dessas fontes revela a profundidade da exploração das escravizadas domésticas, demonstrando que a lógica de subalternidade e controle do corpo feminino, destacada por Beatriz Nascimento, perdurou mesmo após a abolição formal da escravidão. Em resumo, a pesquisa evidencia como as funções e a comercialização das meninas escravizadas no serviço doméstico eram complexas e multifacetadas, refletindo não apenas as necessidades econômicas dos senhores, mas também as dinâmicas de poder e controle social da época.

Capítulo 2: Corpos de mulheres escravizadas como objeto servil

O papel das meninas escravizadas durante a década de 1870 no Rio de Janeiro era fundamental para o ordenamento e funcionamento das residências das famílias escravistas. Conforme discutido por Berenice Bento, essas meninas desempenhavam uma variedade de tarefas domésticas que eram essenciais para a manutenção do lar.³⁴ Elas eram frequentemente designadas para realizar trabalhos como limpeza, cozinha, cuidado de crianças e outras atividades relacionadas ao funcionamento diário das casas. Além disso, as meninas escravizadas muitas vezes eram encarregadas de cuidar das necessidades básicas dos membros da família, incluindo a preparação de refeições, a limpeza dos quartos e a lavagem de roupas. Essas tarefas eram realizadas sob a supervisão dos senhores e senhoras da casa, que exerciam um controle rígido sobre o trabalho e o comportamento das meninas escravizadas.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar as variações de tarefas que o trabalho doméstico abrangia, e analisar alguns anúncios em que eram expostas a comercialização dessa mão de obra.

Fernandes afirma que o trabalho doméstico das meninas escravizadas não se limitava apenas às tarefas físicas; elas também desempenhavam um papel crucial na manutenção das relações sociais dentro das residências escravistas.³⁵ Muitas vezes elas eram responsáveis por cuidar das crianças da família e eram encarregadas de transmitir valores culturais e normas de comportamento às gerações mais jovens.

Como discutido por Nubia Santos essas meninas eram forçadas a trabalhar em condições desumanas, sujeitas a abusos físicos, emocionais e sexuais por parte de seus senhores e senhoras.³⁶ Suas vidas e corpos eram explorados para atender às necessidades e desejos de seu proprietário. Elas eram frequentemente responsáveis pela limpeza dos ambientes, incluindo varrer, esfregar e polir o chão, lavar roupas e louças, além de realizar outras atividades

³⁴ BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. e185305, 2018.

³⁵ FERNANDES, Milena de Jesus Fahel. *A tradução como espaço de reconstrução de saberes ancestrais: gênero, raça, corpo e colonialidade na experiência tradutória de Abya Yala*. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, da Universidade Federal da Bahia – UFBA 2023.

³⁶ SANTOS, Nubia Sotini dos. *Parindo a nação? maternidades, amamentação e o discurso médico higienista na corte imperial* (Rio de Janeiro, décadas de 1870 e 1880). Dissertação (Mestrado em História), programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) 2023.

relacionadas à manutenção da casa. Além disso, essas meninas eram incumbidas do cuidado de crianças, preparo de alimentos e outras responsabilidades essenciais para o funcionamento da vida dos senhores.

Conforme Karine Teixeira Damasceno, a exploração do trabalho doméstico por parte das meninas escravizadas refletia não apenas a necessidade de mão de obra barata e abundante, mas também a manutenção e afirmação das relações desiguais de poder e hierarquia que permeavam a sociedade escravista.³⁷ Essas jovens eram tratadas como propriedade, sem direitos ou autonomia sobre suas próprias vidas, além de frequentemente submetidas a condições de trabalho desumanas e degradantes. Estando sujeitas a uma variedade de punições físicas e emocionais por parte de seus senhores e senhoras. Castigos físicos, como espancamentos, surras e torturas, eram comuns como forma de controle e disciplina.

A imposição desses castigos não apenas perpetuava a submissão e o controle sobre as meninas escravizadas, mas também servia como uma ferramenta de intimidação e manutenção da ordem dentro das residências. A historiadora Iamara da Silva Viana³⁸ em seus estudos disserta que violência física e psicológica era uma manifestação do poder exercido pelos senhores sobre aqueles considerados sua propriedade, reforçando a desigualdade e a brutalidade do sistema escravista. As sevícias eram uma prática institucionalizada e profundamente enraizada no sistema de controle e dominação dos senhores sobre os escravizados. Esses castigos eram aplicados de maneira geralmente cruel e arbitrária, visando não apenas corrigir comportamentos considerados indesejáveis, mas também como forma de manter um ambiente de terror e submissão dentro das propriedades.

Segundo Flávia Fernandes de Souza havia uma lógica e rotina entre aqueles que aplicavam os castigos, eram expedientes que variavam de acordo com a estrutura específica de cada casa ou propriedade.³⁹ Em muitos casos, eram os próprios senhores ou senhoras que puniam seus escravizados, usando métodos que podiam incluir chicotadas, espancamentos, mutilações e até mesmo tortura. Além disso, senhores frequentemente delegavam essa autoridade aos feitores, capatazes ou outros funcionários responsáveis pela supervisão dos

³⁷ TEIXEIRA, Damasceno Karine. “Luiza e suas crianças ingênuas: duelo judicial e relações de compadrio em Feira de Santana, Bahia, 1871-1888”. *Revista Brasileira de História*, vol. 43, n°92, pp. 155-176, 2023.

³⁸ VIANA, Iamara da Silva, “‘Tríplice utilização’ dos corpos negros femininos: gênero, raça, sevícias e escravidão – Rio de Janeiro, século XIX”. *Tempo Niterói*, Vol. 29, n. 1, pp. 277-296, Jan./Abr. 2023.

³⁹ SOUZA, Flávia Fernandes de. **Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial**. In: *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*, pp. 244-260, 2012.

trabalhos na propriedade. Esses indivíduos tinham o poder de impor punições de acordo com sua própria vontade, muitas vezes sem qualquer forma de supervisão ou prestação de contas. A aplicação dos castigos podia ser movida por qualquer motivo, desde uma suposta negligência no trabalho até uma simples demonstração de desobediência ou resistência por parte dos escravizados.

Esses castigos não apenas infligiam dor física e sofrimento, mas também tinham o objetivo de reforçar a noção de inferioridade e submissão dos escravizados em relação aos seus senhores. Como apontado por Lorena Telles⁴⁰, eles eram uma manifestação visível do poder detido pelos senhores sobre aqueles que consideravam sua propriedade, servindo para manter os escravizados sob controle e desencorajar qualquer forma de resistência ou revolta.

É importante entender que tais punições não eram apenas um aspecto isolado e excepcional do sistema escravista, mas sim uma parte fundamental de sua estrutura e funcionamento. Era uma ferramenta essencial para a manutenção da ordem social e da supremacia dos senhores sobre os escravizados, perpetuando assim a brutalidade e a iniquidade desse sistema atroz e opressivo.

Conforme abordado por Iamara da Silva Viana, a prática de anúncios de venda de escravos em jornais da época, como veremos em alguns anúncios posteriormente, evidencia a cruel comercialização dos corpos humanos e a falta de consideração pelos direitos básicos desses indivíduos.⁴¹ Os anúncios descrevem meninas e mulheres escravizadas como mercadorias, destacando suas habilidades domésticas e físicas como aspectos de destaque para potenciais compradores. Esse contexto reflete a desumanização dessas jovens, reduzidas a objetos de comércio e exploração.

Esses anúncios também revelam a perpetuação da escravidão através do sistema de compadrio, como mencionado por Karine Teixeira Damasceno⁴² em seu estudo sobre duelos judiciais e relações de compadrio em Feira de Santana, Bahia. O compadrio, que estabelecia vínculos sociais e econômicos entre senhores e comerciantes, contribuía para a manutenção do

⁴⁰ TELLES, Lorena Feres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.

⁴¹ VIANA, Iamara da Silva, “‘Tríplice utilização’ dos corpos negros femininos: gênero, raça, sevícias e escravidão – Rio de Janeiro, século XIX”. *Tempo Niterói*, Vol. 29, n. 1, pp. 277-296, Jan./Abr. 2023.

⁴² TEIXEIRA, Damasceno Karine. “Luiza e suas crianças ingênuas: duelo judicial e relações de compadrio em Feira de Santana, Bahia, 1871-1888” *Revista Brasileira de História*, vol. 43, n°92, pp. 155-176, 2023.

sistema escravista ao facilitar a compra e venda de escravos, incluindo meninas e mulheres para o trabalho doméstico nas residências.

O anúncio veiculado no *Jornal do Comércio* em 8 de janeiro de 1870 revela a desumanização e a mercantilização dos corpos escravizados. "Vende-se uma boa negrinha, própria para um presente: na rua Sete de Setembro n. 45, 1º andar".⁴³ Nele a menina é descrita como uma boa negrinha, termo que, além de reduzi-la à sua cor de pele, despoja-a de sua identidade e humanidade, tratando-a como uma mercadoria disponível para venda. A expressão própria para um presente intensifica essa visão, sugerindo que o corpo dessa menina escravizada fosse extremamente objetificada.

É anunciado no mesmo jornal em 17 de janeiro de 1870 a seguinte divulgação:

Vende-se pela primeira vez uma elegante e muito linda pardinha recolhida, de 17 anos, natural desta corte, rica peça e com bonita cor indiana, garantindo-se as qualidades, perfeitíssima costureira, a melhor engommadeira possível de roupa de homem e de senhora, faz tuyanté, veste prega e penteia uma senhora e faz tudo o mais que diz respeito a uma perfeita mucama; na rua da Alfândega n. 95, sobrado.⁴⁴

Uma jovem escravizada de apenas 17 anos como "elegante" e "muito linda", destacando suas habilidades como costureira, engommadeira e que seria uma "perfeita mucama". Ela é apresentada não somente como uma simples mercadoria, fazem questão de expor traços sua característica física, sendo ela elegante, e muito bonita, mas a cor de sua pele é enfatizada, em primeiro momento a descrevem como "linda pardinha", logo em seguida "com bonita cor indiana". Podemos conjecturar que essa escravizada teria bastante acesso ao interior da casa, e era muito bem vigiada por seus proprietários, visto a riqueza de detalhes em que a descrevem neste anúncio. Podemos observar também que a mesma estava sendo vendida pela primeira vez, o que nos indica que ela era propriedade da mesma família até os 17 anos, idade exposta no anúncio.

Em uma das fontes encontradas no *Jornal do Comércio*, é noticiado a seguinte venda:

Vende-se três escravos, sendo uma parda moça, com uma filha de 4 meses, lava, engoma liso, cozinha o trivial e é do serviço da roça; uma negrinha de 13 anos, própria para mucama, e um moleque de 8 anos, muito esperto; na rua da Alfândega n. 254.⁴⁵

⁴³ *Jornal do Comércio*, 8 de Janeiro de 1870

⁴⁴ *Jornal do Comércio*, 17 de janeiro de 1870

⁴⁵ *Jornal do Comércio*, 21 de janeiro de 1870

O anúncio acima trata da comercialização de três escravizados, a primeira era uma “moça”, sem indicação da idade exata, contudo sendo vendida com sua filha de quatro meses. O que nos leva a entender que essa cativa estava sendo reprodutora na manutenção da escravidão. Segundo Iamara da Silva Viana, a partir da primeira promulgação da lei do fim de tráfico de escravizada havia uma tríplice utilização dos corpos das mulheres escravizadas, sendo elas, produto, produtora e reprodutora no sistema escravista do Império.⁴⁶ Tal compreensão pode ser perfeitamente aplicável ao caso desta cativa que estava sendo comercializada, visto que sua filha seria utilizada como mão de obra anos mais tarde.

Dando prosseguimento a análise de anúncios, examinemos o que foi publicado no dia 21 de janeiro no Jornal do Comércio:

"Vende-se uma bonita escrava, crioula de 16 anos, sabendo lavar, engommar e cozinhar, sendo de ótima conduta; para ver, na rua do Rezende n. 16. E, onde se dirá com quem se deve tratar, notando-se já que é de casa particular e não de negociantes de escravos"⁴⁷

Neste anúncio podemos observar que a escravizada tinha habilidades com diferentes tarefas domésticas, contudo chamaremos atenção para quem estava negociando esta cativa. Visto que é descrito “é de casa particular e não de negociantes de escravos”, sendo assim, o proprietário poderia estar negociando a venda da jovem diretamente.

Notamos que nos anúncios analisados nesta pesquisa era comum a exposição da idade da escravizada, as características físicas também se faziam presentes, assim como os afazeres domésticos que elas estariam aptas a desempenhar. O endereço também era elemento comum, em sua grande maioria estavam localizados na zona central do Rio de Janeiro.

Voltando à revisão da literatura para ampliar a discussão sobre o trabalho doméstico das meninas escravizadas, Flávia Fernandes de Souza, em suas análises sobre a vida das mulheres negras durante o período da escravidão, ressalta como essas jovens eram frequentemente relegadas ao trabalho doméstico nas residências das famílias escravistas. Segundo Souza, essa prática era uma forma de exploração extrema, na qual as meninas

⁴⁶VIANA, Iamara da Silva, “‘Tríplice utilização’ dos corpos negros femininos: gênero, raça, sevícias e escravidão – Rio de Janeiro, século XIX” op. cit., p280

⁴⁷ *Jornal do Comércio*, 21 de janeiro de 1870

escravizadas eram privadas de sua liberdade e dignidade, sendo tratadas como meros instrumentos de trabalho.⁴⁸

Maria Izilda Santos de Matos, em suas pesquisas sobre a história das mulheres no Brasil, oferece uma visão abrangente das condições de vida das meninas escravizadas dentro das casas senhoriais. Matos destaca como essas jovens enfrentavam jornadas exaustivas de trabalho, realizando uma ampla gama de tarefas domésticas, desde a limpeza e a cozinha até o cuidado de crianças e idosos. Essa exploração do trabalho infantil era uma prática comum na sociedade escravista, na qual as meninas escravizadas eram consideradas propriedade de seus senhores e senhoras, sem direito a autonomia ou remuneração adequada.

Além disso, Iamara da Silva Viana traz importantes considerações sobre as dinâmicas sociais e econômicas da escravidão, destacando a divisão de trabalho dentro das residências escravistas e as experiências específicas das pessoas escravizadas, especialmente das mulheres e crianças. Segundo Viana, o trabalho doméstico das meninas escravizadas desempenhava um papel crucial na reprodução e na manutenção do sistema escravista, contribuindo para a economia doméstica e para a sustentação das famílias escravistas, a mesma esclarece que,

A tríplice utilização de seus corpos incidiu diretamente nos usos da mão de obra feminina escravizada – nos mundos urbanos e rurais –, nos diferentes ofícios, mormente na necessidade de racionalização, para a manutenção da propriedade pelo maior tempo de vida útil possível, o que poderia garantir a manutenção de preços e de produtividade.⁴⁹

Além da exaustão constante que eram características comuns das rotinas diárias de trabalho, resultando em um impacto significativo na saúde física das meninas escravizadas, elas estavam sujeitas a diversos tipos de abusos, tanto físicos quanto emocionais, por parte de seus senhores e senhoras. A bibliografia é enfática quanto a constância de humilhação e exposição a castigos severos como forma de controle e punição, assim mostra, por exemplo, a pesquisa de Maria Izilda Santos de Matos.⁵⁰ Essa violência era uma manifestação do poder exercido pelos proprietários sobre as pessoas escravizadas, evidenciando a completa falta de direitos básicos e dignidade humana a que estavam sujeitas.

⁴⁸ SOUZA, Flávia Fernandes de. “Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial”. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 244-260.

⁴⁹ VIANA, Iamara da Silva, “‘Tríplice utilização’ dos corpos negros femininos: gênero, raça, sevícias e escravidão – Rio de Janeiro, século XIX” op. cit., p285

⁵⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. “Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, p. 97–115, 2008

Para realizar uma análise das relações de poder entre as meninas escravizadas e seus senhores e senhoras, é necessário considerar como a hierarquia e a dominação se manifestavam no ambiente doméstico escravista. Flávia Fernandes de Souza destaca que essas relações eram profundamente marcadas pela desigualdade e pela violência, refletindo a estrutura hierárquica da sociedade escravista. As meninas escravizadas ocupavam o nível mais baixo dessa hierarquia, sendo submetidas à autoridade arbitrária e opressora de seus senhores e senhoras. Elas eram tratadas como propriedade, sem direitos ou dignidade, e estavam sujeitas à vontade absoluta de seus proprietários. As relações de poder no ambiente doméstico escravista eram permeadas por dinâmicas de controle e submissão. As meninas escravizadas viviam em constante estado de vigilância e coerção, sujeitas a castigos físicos e emocionais como forma de manter sua obediência e conformidade.

Destacamos ainda que a hierarquia nas relações entre as meninas escravizadas e seus senhores e senhoras também estava intrinsecamente ligada às questões de gênero e raça. Viana⁵¹ ressalta em sua dissertação que as escravizadas enfrentavam não apenas a dominação de seus proprietários, mas também a opressão decorrente de sua condição de mulheres negras na sociedade oitocentista. Eram relações de poder permeadas por questões de gênero e raça. As meninas escravizadas enfrentavam não apenas a dominação de seus proprietários, mas também a opressão decorrente de sua condição de mulheres negras em uma sociedade patriarcal e racista. Essas relações de poder nas residências escravistas eram a face privada e mais íntima do sistema escravista como um todo.

Em meio a esse emaranhado de relações hierárquicas as meninas escravizadas estavam em uma posição extremamente vulnerável. Conforme ressaltado por Flávia Fernandes de Souza, elas não apenas eram propriedade de seus senhores, mas também eram consideradas inferiores em termos sociais, econômicos e até mesmo humanos. Essa condição de subalternidade era reforçada pela ideologia da supremacia branca, que sustentava a crença na superioridade dos brancos sobre os negros.

Essa hierarquia de poder se manifestava de diversas maneiras no ambiente doméstico. Conforme destacado por Maria Izilda Santos de Matos, as meninas escravizadas tinham graves privações à sua autonomia; seus senhores e senhoras buscavam exercer controle sobre suas

⁵¹ VIANA, Iamara da Silva. *Corpos escravizado e saber médico: proposições de Jean-Baptiste Alban Imbert, 1830-1850*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

ações, movimentos e até mesmo pensamentos. Elas não tinham o direito de tomar decisões sobre seu trabalho, sua alimentação, sua saúde ou qualquer outro aspecto de suas existências. Eram tratadas como objetos, cujo único propósito era servir aos interesses e caprichos de seus proprietários. A escolha de meninas jovens para o trabalho doméstico escravizado estava ligada a diversos fatores dentro do contexto da escravidão. Segundo Flávia Fernandes de Souza, as meninas eram consideradas uma opção preferencial para o trabalho doméstico devido à percepção de que eram mais maleáveis e podiam ser moldadas de acordo com as necessidades dos senhores e senhoras. Sua idade tenderia a garantir uma maior longevidade na prestação de serviços, em comparação com os escravizados mais velhos. Além disso, como observa as meninas jovens eram vistas como menos propensas à resistência ou rebelião do que os adultos. Eram percebidas como mais dóceis e menos inclinadas a desafiar a autoridade dos senhores, tornando-as uma escolha "segura" para o trabalho doméstico, onde a obediência e a submissão eram altamente valorizadas.

Outro aspecto a considerar, como aponta Lorena Feres da Silva Telles é que, ao serem iniciadas desde cedo no trabalho doméstico, as meninas escravizadas poderiam se tornar proficientes em suas tarefas à medida que cresciam, aumentando assim seu valor como propriedade e garantindo uma maior eficiência na realização das tarefas domésticas.

Além disso, a dominação exercida pelos senhores e senhoras muitas vezes se manifestava de maneira violenta e cruel. Conforme observado por Iamara da Silva Viana, as meninas escravizadas estavam sujeitas a punições físicas e emocionais severas sempre que desobedeciam às ordens de seus senhores. Espancamentos, humilhações públicas e outras formas de castigo eram comuns e serviam como mecanismos de controle e submissão. Vianna pontua que:

De modo que os cativos não serviam somente como máquinas e cavalos; na capital e em diferentes províncias do Império do Brasil, foram produtores da riqueza do capital de seus donos e da cultura brasileira. Nada distante do cotidiano da escravidão rural, posto escravizados exercerem todos os ofícios manuais, da casa-grande à lavoura, produzindo diferentes tipos de produtos, serviços e riquezas.⁵²

Ou seja, mesmo diante de todas as sevícias, a mão de obra escravizada era fundamental para a manutenção econômica do Império durante o período.

⁵² VIANA, Iamara da Silva, “‘Tríplice utilização’ dos corpos negros femininos: gênero, raça, sevícias e escravidão – Rio de Janeiro, século XIX” op. cit., p285

A hierarquia e a dominação no ambiente doméstico escravista também eram permeadas por questões de gênero. Conforme ressaltado por Lorena Feres da Silva Telles, as meninas escravizadas, além de sofrerem as injustiças e opressões inerentes à escravidão, também enfrentavam discriminação e violência de gênero. Eram frequentemente alvo de abusos sexuais por parte de seus senhores. Desta forma, as relações de poder entre as meninas escravizadas e seus senhores e senhoras no ambiente doméstico eram caracterizadas por uma dinâmica profundamente desigual, na qual a hierarquia e a dominação eram instrumentos de controle e exploração. Essas jovens viviam em um contexto de opressão, no qual a interseção de raça, gênero e status de escravidão as colocava em uma posição de extrema vulnerabilidade e subordinação.

Apesar de todas as sevícias, relação de subalternidade que essas meninas estavam inseridas, havia resistência por parte dessas jovens e a fuga era uma delas. A historiadora Lorena Telles, exhibe a trajetória da escravizada Balbina e acrescenta que “partiria corajosa, à noite, o coração disparado, insuflada de revolta e medo”.⁵³ Balbina estava inserida nesse contexto em que discorremos no capítulo. Contudo podemos perceber que mesmo estando dentro do ambiente doméstico, e envolta a todas privações que se tinha numa vida escrava, Balbina conseguiu se comunicar, e planejou sua fuga, como ato de resistência e luta contra o regime do período.

Em conclusão, a análise dos anúncios de venda dessas meninas em jornais da época revela a cruel mercantilização de suas vidas e corpos, tratadas como propriedade, essas jovens eram frequentemente destacadas por suas habilidades domésticas e características físicas, demonstrando a exploração extrema e a objetificação a que eram submetidas.

As relações de poder entre as meninas escravizadas e seus senhores eram profundamente marcadas pela desigualdade, refletindo a hierarquia da sociedade escravista e reforçando a dominação através da violência e da coerção. Apesar das condições desumanas, havia formas de resistência, como a fuga, que mostravam a coragem e a determinação dessas jovens em lutar contra o regime opressivo. A história de Balbina exemplifica a resistência e a

⁵³ TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão* op. cit., p 23

luta dessas meninas contra a exploração e a opressão a que eram submetidas. Portanto, é crucial reconhecer a agência dessas meninas escravizadas, mesmo diante do sistema escravista

Considerações Finais

A partir da análise dos dados e da literatura, fica claro que o trabalho doméstico das meninas escravizadas no Brasil do século XIX estava profundamente entrelaçado com as estruturas de poder, raça e gênero. O trabalho doméstico, especialmente no Rio de Janeiro local em que esse estudo se debruça, revela uma realidade complexa em que as meninas escravizadas desempenhavam múltiplas funções, sendo constantemente vigiadas e controladas por seus senhores. Ao longo deste estudo sobre as escravizadas domésticas em 1870, procuramos lançar luz a vida e o trabalho dessas mulheres dentro dos lares. A pesquisa focou em entender a dinâmica de trabalho a que estavam submetidas, as variedades dos afazeres que desempenhavam, suas habilidades domésticas e as faixas etárias predominantes entre essas trabalhadoras.

As interseções de raça e gênero destacadas pela historiadora Beatriz do Nascimento demonstram que as mulheres negras foram sistematicamente empurradas para posições subalternas, tanto durante a escravidão quanto após a abolição. As experiências dessas meninas no trabalho doméstico não eram homogêneas, variando conforme a idade, a origem e as circunstâncias individuais, mas compartilhavam a marca comum da exploração e da violência, como evidenciado pelos relatos de fuga e controle senhorial descritos por Telles e outros autores.

A análise quantitativa dos anúncios de jornal reforça essa perspectiva, mostrando que a comercialização de meninas escravizadas era uma prática comum e amplamente documentada,

com variações significativas nas idades e nas tarefas atribuídas. As meninas mais jovens eram introduzidas gradualmente às responsabilidades domésticas, esse padrão reflete uma preparação cultural e social para o trabalho doméstico, evidenciando a reprodução de um sistema de exploração que começava na infância e se consolidava na adolescência.

É fundamental destacar que as escravizadas domésticas desempenhavam um papel crucial no funcionamento dos lares das classes mais abastadas da sociedade oitocentista. As escravizadas domésticas tinham suas rotinas entrelaçadas com as atividades do cotidiano familiar. Suas tarefas variavam enormemente, abrangendo desde a limpeza e a manutenção da casa, passando pelo preparo das refeições, até o cuidado das crianças. No que diz respeito às habilidades domésticas, é importante notar que essas mulheres eram frequentemente descritas nos anúncios de venda e aluguel de escravizados com base em suas competências específicas. Termos como "boa cozinheira", "excelente mucama" ou "amorosa com criança" eram comumente utilizados para valorizar essas trabalhadoras no mercado de escravos. Essa categorização baseada em habilidades reflete a importância atribuída a esses conhecimentos práticos e o quanto essas meninas eram essenciais para a manutenção da ordem e do conforto nos lares.

Além disso, as categorias de venda, aluguel e procura nos anúncios demonstram diferentes formas de transação e controle sobre essas meninas, com a venda sendo a mais predominante. O aluguel de meninas para serviços temporários ou específicos indica uma flexibilidade na exploração do trabalho doméstico, adaptando-se às necessidades dos senhores. A menor incidência de anúncios de procura sugere uma prática menos comum, mas ainda presente, de buscar mão de obra específica para tarefas domésticas.

Este estudo revela que o trabalho doméstico das meninas escravizadas era multifacetado e central para a manutenção das estruturas de poder na sociedade escravista brasileira. As experiências dessas meninas ilustram a continuidade das práticas de exploração e controle que transcendem a abolição, persistindo nas formas contemporâneas de trabalho doméstico. A revisão da literatura, a análise das fontes e das obras historiográficas nos permitiram compreender melhor as dinâmicas de poder que moldaram a vida dessas meninas e a importância de reconhecer as persistentes desigualdades de raça e gênero na sociedade brasileira.

Em conclusão, nos permite entender melhor não apenas a organização do trabalho doméstico escravo, mas também a complexa teia de relações sociais e de poder que permeava o cotidiano dessas meninas. Através da análise das variedades dos afazeres, das habilidades domésticas e das faixas etárias, conseguimos observar um quadro mais detalhado e humano dessas trabalhadoras, que eram fundamentais para o funcionamento dos lares, mas cuja humanidade muitas vezes foi ofuscada pela brutalidade do sistema escravista.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. “Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?”. **Cadernos pagu**, p. e185305, 2018.

FERNANDES, Milena de Jesus Fabel. *A tradução como espaço de reconstrução de saberes ancestrais: gênero, raça, corpo e colonialidade na experiência tradutória de Abya Yala*. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, da Universidade Federal da Bahia – UFBA 2023.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (108-1850)*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das letras São Paulo, 2000.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Tradução Viviana Bosi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1951.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, p. 97–115, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1764>>. Acesso em: 22 maio 2024.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. p .203

SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira* (cidade do Rio de Janeiro, 1850 - 1920). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

TEIXEIRA, Damasceno Karine. “Luiza e suas crianças ingênuas: duelo judicial e relações de compadrio em Feira de Santana, Bahia, 1871-1888”. *Revista Brasileira de História*, vol. 43, nº92, pp. 155-176, 2023.

VIANA, Iamara da Silva. “‘Tríplice utilização’ dos corpos negros femininos: gênero, raça, sevícias e escravidão – Rio de Janeiro, século XIX”. *Tempo Niterói*, Vol. 29, n. 1, pp. 277-296, Jan./Abr. 2023.

VIANA, Iamara da Silva. *Corpos escravizado e saber médico: proposições de Jean-Baptiste Alban Imbert, 1830-1850*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Nubia Sotini dos.. *Parindo a nação? maternidades, amamentação e o discurso médico higienista na corte imperial (Rio de Janeiro, décadas de 1870 e 1880)*. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná , 2023.

TELLES, Lorena Feres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.